



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2009/2013

## ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA REALIZADA NO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2010

### ACTA Nº 12

Aos dezasseis dias do mês de Novembro de dois mil e dez, pelas 21,25 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, realizou-se uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

#### **1 – Derrama – Taxa a aplicar em 2011**

#### **2 – Imposto Municipal sobre Imóveis – Taxa a aplicar em 2011**

#### **3 – Organização dos Serviços Municipais – Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear da Câmara Municipal de Palmela**

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Victor Manuel Barrocas Borrego e pelos Secretários Maria Antonieta Serrano Alves Sobral e Simplício Joaquim Guerra Piteira.

Feita a chamada verificou-se a falta de:

- Sr. Domingos Rodrigues da CDU
- Sr. Pedro Serigado da CDU
- Sra. Ana Cláudia Manuelito da CDU
- Sra. Cecília Sousa da CDU
- Sr. José Silvério da CDU

Presentes, em representação do Executivo Camarário:

- Sra. Presidente Dra. Ana Teresa Vicente
- Sra. Vice-Presidente Adília Candeias
- Sr. Vereador Dr. Adilo Costa
- Sr. Vereador Dr. Luis Calha
- Sr. Vereador Dr. José Carlos de Sousa
- Sra. Vereadora Dra. Maria da Natividade Coelho



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

## Mandato 2009/2013

Iniciando os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** informa que:

- Sra. Cecília Sousa, justificou ausência à sessão de hoje sendo a falta considerada justificada. Fez-se substituir pela Sra. Dra. Dina Pereira.
- Sr. José Silvério, Presidente da Junta de Freguesia de Poceirão, justificou ausência à sessão de hoje, tendo a falta sido considerada justificada. Fez-se substituir pelo Sr. Luciano António Pereira da Silva, Secretário do Executivo.
- Sr. Domingos Rodrigues, justificou telefonicamente a ausência à sessão de hoje em virtude de ter adoecido sendo a falta considerada justificada.
- Sr. Dr. Pedro Filipe Castilho Lança Rei de Margarido apresentou pedido de suspensão de mandato, por um período de seis meses a partir de 18 de Outubro de 2010. Coloca o pedido à apreciação do Plenário não tendo merecido qualquer comentário.
- Em sua substituição foi convocada a cidadã Maria Celeste Paulo José de Oliveira que informou da sua indisponibilidade, por motivos profissionais, em assegurar o cargo. Por esse facto convocou-se a Sra. Dra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim, elemento a seguir na lista do PSD, que se encontra presente e irá tomar posse.

De imediato procedeu-se à tomada de posse dos Membros Dra. Dina Pereira e Dra. Teresa Marta Joaquim que após juramento de honra e assinadas as respectivas actas, que ficarão apenas à presente, foram considerados empossados no cargo.

Solicita aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

De imediato coloca à aprovação a minuta das actas nº. 09 de 07.06.2010 e nº. 10 de 29.06.2010, dispensando-se a sua leitura em virtude de terem sido previamente distribuídas. Pergunta se algum Membro quer intervir.

**Sr. José Cardoso do PSD**, solicita rectificação da sua intervenção na página sete da acta nº. 10 onde se lê: “... e na doença não terem saúde ...” dever-se-á ler: “... e na doença não terem assistência social ...”.

**Sra. Dra. Ana Sartóris do BE**, solicita rectificação da sua intervenção na página quatro da acta nº. 9 onde se lê: “... em 2011 cerca de centro ...” dever-se-á ler: “... em 2011 cerca de cento ...”.



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

## Mandato 2009/2013

**Sr. Presidente da Mesa**, informa que os lapsos irão ser corrigidos pelo que coloca as actas à aprovação tendo sido aprovadas, por unanimidade, com 23 votos a favor (12 da CDU, 6 do PS, 2 do PSD, 2 do CDS/PP e 1 do BE).

Por se tratar de uma sessão extraordinária não haverá lugar à intervenção do público, pelo que irá dar início ao Período da Ordem do Dia.

### **1 – Derrama – Taxa a aplicar em 2011**

**Sr. Presidente da Mesa** dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara.

**Sra. Presidente da Câmara** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Gostaria de sublinhar que a proposta, no seu essencial, mantém aquilo que foi proposto e praticado no ano transacto ou seja retomando o espírito da proposta ser diferenciada para as empresas que ultrapassam o volume de negócios de cento e cinquenta mil euros à qual se aplica o valor máximo e por outro lado distinguir positivamente as empresas com um volume de negócios que não ultrapassam esse valor aplicando a taxa de um por cento.

Chama a atenção para o quadro que é apresentado na proposta que dá conta do comportamento da receita ao longo dos anos, nomeadamente os dois últimos, que sendo um valor previsível não será muito diferente daquilo que está estimado.

Tendo em conta os dados dos anos transactos, nomeadamente em 2002, verifica-se que a curva era ainda mais acentuada uma vez que este imposto já chegou a atingir oito vírgula quatro milhões de euros em termos de orçamento, com um peso imenso no conjunto da receita, e neste momento pode-se observar que está em quebra.

Existem duas leituras para este comportamento, sendo uma a crise económica que se faz sentir que obriga a que existam menos actividades económicas e empresas com situações menos sólidas a apresentarem menos lucros e outra que tem a ver com a alteração à lei das finanças locais em 2007 que desde logo tendia a penalizar o comportamento da receita. Logo na altura foi argumentada essa questão, apesar de nem todas as Câmaras o terem sentido no imediato, sendo que, actualmente, o comportamento é igual para a generalidade das Câmaras.

**Sra. Ana Cláudia Manuelito da CDU** inicia participação nos trabalhos cerca das 21,32 horas.

**Sr. Presidente da Mesa**, pergunta se algum Sr. Membro pretende intervir.

**Sr. Dr. João Completo Costa do PS** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em primeiro lugar, e por uma questão de curiosidade, gostaria de saber qual a base para a previsão do ano de 2010.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

Diz que se assiste desde 2006, tendo sido referido pela Sra. Presidente que a curva descendente já vem desde 2002 agravada pela alteração à lei das finanças locais em 2007, a uma redução neste imposto que em sua opinião é agravada em tempos de crise. É precisamente nestes momentos que tem que se dar sinais às empresas de que as autarquias as apoiam uma vez que, pequenas ou grandes, são um motor de desenvolvimento das regiões. É sabido por todos que as empresas se deslocam para regiões que sejam mais atractivas, que não sendo o principal factor é um dos que tem mais peso.

Deste modo é opinião da bancada do PS que Palmela terá que dar esse sinal, principalmente em tempos de crise, às empresas não aplicando a taxa máxima às grandes empresas e até isentar as mais pequenas. Tudo isso é possível fazer apesar de se vir a baixar a receita, o que por vezes não é mau e até pode ser investimento, não a curto mas a médio prazo. Se, se, tornar mais atractiva a deslocação de empresas para Palmela, de certeza absoluta, não no próximo ano mas nos três quatro seguintes que a tendência da curva será invertida, ao contrário de certeza que a situação se agravará.

Esta é exactamente a altura certa para se dar esse sinal, uma vez que a crise está instalada, isentando as pequenas empresas e não aplicando a taxa máxima da derrama até porque existem outras rubricas orçamentais onde se podem compensar estas quebras, pelo que a redução proposta seria um investimento e não uma quebra de receita.

**Sr. José Cardoso do PSD** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

É sua opinião que as autarquias têm que ter receitas próprias não se podendo andar no paradoxo de se exigir que façam obras e não lhes dando meios para as fazer. O PSD pode ser muito crítico em determinadas acções que a Câmara Municipal possa fazer, e reivindicativos em relação a obras que tenham que ser feitas, reconhecendo que o concelho tem crescido muito ultimamente obrigando a que existam mais receitas. Uma vez que se trata duma taxa de um por cento, sobre lucros acima dos cento e cinquenta mil euros, ir-se-ão abster na votação uma vez que têm consciência que o sentido de voto não irá influenciar a decisão.

**Sr. Dr. Francisco Piteira Santos do CDS/PP** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

É opinião da sua bancada que esta taxa, como forma de receita da autarquia, tem uma ambivalência funcionando como a história da “galinha dos ovos de ouro”.

A derrama é uma taxa que tenta tirar proveito do esforço das empresas em obterem lucro e por isso têm mais capacidade de crescimento e de criação de novos empregos, estas as que têm maior volume de negócios e lucro as outras tenderão a desaparecer e a criar desemprego. Desta forma não lhes parece lógico, nem justo, que na actual situação de crise a Câmara não “aperte o cinto” e duma forma gradual diminua esta taxa dando um sinal positivo ao incentivo na instalação de novas empresas, ou criação de outras, no nosso concelho o que seria uma mais valia para todos.

Uma vez que há mais taxas para além da taxa da derrama as receitas não terão que cair sobre a derrama, ou seja pouco mais de um milhão de euros no orçamento municipal.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

Não estão a questionar a fonte de receita do município, apenas querem dizer que existem outras formas de incentivar o crescimento da economia e da restante sociedade facilitando o emprego.

Atendendo a que desde que discutiram, neste local, esta forma de fonte de receitas para a Câmara seria interessante saber o que pensa o executivo dos estatuído no artigo vigésimo da Lei 2/2007. Como o executivo não informa esta Assembleia do previsto na lei das Finanças Locais, presume-se que arrecada os cinco por cento do IRS aí previstos, que poderia ceder a quem trabalha e que tem cada vez mais as fontes de rendimento reduzidas. Por outro lado a manterem-se estas taxas de derrama será mais um factor que contribui para o desemprego, porque com as dificuldades que as empresas apresentam actualmente mais o peso da derrama será o abanão final para a falência, com o conseqüente desemprego de onde não advirão os cinco por cento do IRS arrecadados pela Câmara.

Termina a sua intervenção pedindo aos membros da CDU que não matem a “galinha dos ovos de ouro” e informando que irão votar contra a proposta apresentada.

**Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Diz que uma vez que a Sra. Presidente da Câmara apresentou as razões fundamentais para apresentação da proposta não irá repetir o que está dito, até porque os dados revelam a redução de receita que tem havido ao longo dos últimos anos importante para qualquer autarquia e que para esta tinha um peso particular.

Em relação à intervenção do Sr. Membro João Completo, e à questão colocada relativamente à taxa zero para as pequenas empresas, gostaria de dizer que até estaria de acordo com a proposta desde que fosse possível escalonar as outras empresas de forma diferenciada, só que o limite vai até um e meio por cento quando deveria ser mais abrangente.

O que defendem como princípio de justiça redistributiva e fiscal é que as taxas fossem progressivas, nomeadamente na derrama, e que atingisse sobretudo as grandes empresas. Com a taxa actual não justifica, uma vez que qualquer progressividade se tornaria irrelevante uma vez que não teria significado.

Defendem este tipo de taxa não só para esta taxa como também para o IVA onde o PS foi ultrapassado pela esquerda pelo PSD, aquando da negociação do Orçamento de Estado, ao permitirem que fosse o PSD a sugerir o chamado “cabaz de compras” ou seja que os produtos alimentares essenciais tivessem uma taxa mais reduzida. Se fosse um partido dito de esquerda envergonhar-se-ia de ter sido ultrapassado por um partido dito de direita numa matéria social desta relevância até porque essa situação envergonha qualquer pessoa. Apesar de não ter dúvidas que, do ponto de vista pessoal, os membros da bancada do PS são sérios e solidários por outro lado não compreende porque são solidários com um partido que defende este ponto de vista.

A sua bancada estaria de acordo com uma taxa progressiva, até mesmo a nível de IRS, uma vez que defendem um princípio de justiça social e de redistribuição da riqueza que não ponha Portugal na cauda dos países da OCDE, como acontece agora, seguido do México e a Turquia em termos de distribuição de riqueza.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

Quanto à intervenção do Sr. Membro Piteira Santos, e com todo o respeito que tem, refere que há coisas que se dizem que do ponto de vista político são duma insustentabilidade que, o deixam deprimido, até parece que quando o Estado taxa as empresas está a cometer um crime. Provavelmente não terá noção do que é o conceito de mais-valia, de como é que a riqueza se acumula, porque não fará parte do seu léxico económico, social e ideológico, mas fala do assunto como se fosse quase um acto criminoso.

Pergunta se, em termos globais do estado, tem noção de qual é a distribuição da riqueza em termos de incidência fiscal. Oitenta nove a noventa por cento dos impostos são cobrados no país vêm do trabalho, ou seja dos assalariados e dos trabalhadores por conta de outrem, e só onze por cento vem das empresas.

Termina a sua intervenção dizendo que quando o Sr. Membro diz ser injusto que a Câmara aplique o imposto sobre as empresas porque as afasta do concelho, não vê a preocupação ser a mesma quando até é um assalariado, mas de um radicalismo de direita tão primário que lhe custa a encaixar.

**Sra. Dra. Ana Sartóris do BE** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Diz que quando ouviu as intervenções das bancadas do PS e do PSD, ficou perplexa com a desta última uma vez que houve uma inflexão em relação ao ano transacto que votou contra e agora abster-se-á, o que é uma boa decisão, contudo parece-lhe que há alguma confusão em relação ao que é a derrama.

A derrama não é mais do que o lucro tributável e imputável a cada município, ou seja uma taxa sobre o lucro, o que é injusto do ponto de vista fiscal porque a forma como se determina este valor é feita com base na massa salarial. Não há nada mais injusto do que isso uma vez que penaliza municípios com as características do município de Palmela. Se uma empresa tem sede social em Lisboa, independentemente de ter estabelecimento no concelho de Palmela, é o município de Lisboa que vai receber os valores da derrama. O que seria justo era que o cálculo fosse efectuado com base no volume de negócios, e aí sim iria beneficiar municípios com as nossas características.

É nessa medida que o BE em sede de Orçamento de Estado, agora em discussão, vai apresentar essa proposta. A derrama, para que seja justa, deverá ser calculada sobre o volume de negócios duma determinada empresa tendo em consideração a distribuição dessa empresa em todo o território nacional, para que não aconteça o que se verifica actualmente que é a centralização da capitalização de um lucro em sede social de determinada empresa.

Termina dizendo que o BE votará favoravelmente a proposta porque são favoráveis à taxa máxima do lucro imputável a uma empresa.

**Sr. Engº. José Charneira da CDU** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Gostaria de acrescentar uma ou duas notas à discussão no sentido de esclarecer a posição da Câmara Municipal. Diz que cerca de sessenta por cento da derrama do concelho de Palmela é paga pela Autoeuropa e pela Visteon. Em relação à proposta de tributar a taxa zero o lucro das empresas com menos de cento e cinquenta mil euros diz que tem um significado completamente residual. Não teria, nem tem, um significado residual nas empresas uma proposta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

que foi apresentada em sede de discussão do Orçamento de Estado, que não foi aceite pelo PS nem PSD, e que tem a ver com o IVA e com o pagamento especial por conta, ou seja aplicar o IVA no recibo e não na factura e fazer uma alteração ao pagamento especial por conta. Estas sim seriam medidas que teriam impacto junto das pequenas e médias empresas e não uma redução da derrama.

**Sr. Engº. Fernando Nascimento do CDS/PP** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em relação à intervenção do Sr. Membro Valentim Pinto tem a dizer que ficou um pouco perplexo pelo modo agressivo, irónico e arrogante muito semelhante a José Sócrates na Assembleia da República. Em sua opinião deveria ter mais cultura democrática e não atacar e achincalhar alguém só porque, do ponto de vista ideológico ou do ponto de vista de intervenção, foi menos conseguido.

Em relação à questão da esquerda se ter deixado ultrapassar pela direita, pergunta o que é isso de esquerda e direita em questões sociais e porque é que o partido a que pertence não propôs o que propôs o PSD. As propostas não têm direitas nem esquerdas, têm sim que ser justas como foi o caso da proposta do PSD. A justiça não tem que ser de direita nem de esquerda, tem é que ser justa.

Quanto à bancada do PS, diz ter gostado da intervenção do Sr. Membro João Completo e pena é que a nível nacional o Primeiro-ministro faça o contrário. Concorde quando diz que se deve dar um sinal às empresas, e o concelho de Palmela deveria dar, e também quando refere que as empresas irão para onde se tornar mais atractiva a sua implementação. Infelizmente isso está a acontecer e cada vez mais saem de Portugal.

Desde que é membro desta Assembleia que tem tentado sensibilizar o executivo no sentido de ver diminuída a taxa da derrama, mesmo que seja simbolicamente, e a dificuldade está aí. Compreende que seja difícil para a Câmara Municipal tomar essa decisão em tempos de crise, mas também é difícil para todos os que têm que contribuir com impostos e com taxas.

Não pedindo um equilíbrio propõe que a Câmara, mesmo numa forma simbólica, dê um sinal que a crise é para todos e que está com todas as empresas que pagam a derrama. Se isso fosse feito votaria favoravelmente.

Por fim gostaria de saber qual a razão da diminuição tão grande de cinco milhões para um milhão e oitocentos mil euros.

**Sr. Dr. João Completo Costa do PS**, complementando a sua anterior intervenção, gostaria de dizer que o paradigma da gestão das autarquias vai ter que mudar, ou seja crise é sempre crise e quer dizer mudança. Quer se queira, quer não estamos em crise e vamos ter que mudar. Esta situação é transversal à maioria das Câmaras independentemente da sua cor política, sendo que a preocupação principal é gerir um orçamento. Em sua opinião é a altura propícia para as Câmaras terem um orçamento zero, ou seja repensem tudo e a questão da derrama seria um bom início para começar a pensar de forma diferente. Não será só por aumentar ou diminuir a derrama que se irão criar atractivos para as empresas se deslocalizarem ou instalarem no concelho de Palmela.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

Em relação à intervenção do Sr. Membro José Charneira, refere que é pequeno empresário e que para uma empresa é muito importante um por cento ou meio por cento na derrama apesar de, para a Câmara, não ser relevante. Diz ser a favor do pagamento especial por conta, que é uma questão para o Governo apesar de não concordar com a sua posição uma vez que tem liberdade de exprimir as suas opiniões pessoais independentemente das opiniões partidárias.

No que respeita à intervenção do Sr. Membro Valentim Pinto diz que a lei impõe um tecto de um e meio por cento e, concordando-se ou não, é com isso que tem que se viver. Continua a afirmar que se isentasse as pequenas e médias empresas, e se o escalão das máximas também baixasse, seria uma forma de as ajudar e incentivar a instalarem-se no concelho.

Refere que a sua empresa desenvolve a actividade fora do concelho, por razões técnicas, mas a sede social é em Palmela contrariando um pouco a intervenção da Sra. Membro Ana Sartóris quando diz que as empresas têm sede em Lisboa ou noutros sítios, porque cabe às empresas escolherem onde lhes é mais atractivo e essa é a regra.

Termina dizendo que o muro de Berlim já caiu e actualmente vive-se uma determinada realidade que não a do tempo das princesas e dos cavaleiros. Todos querem transformar o mundo, e haverão de o transformar, só que é a realidade actual que tem que ser gerida porque tudo o resto são fantasias que só servem para fazer esquecer outros problemas que urge resolver.

**Sr. Dr. Francisco Piteira Santos do CDS/PP**, diz que a bancada do CDS/PP não está a questionar a fonte de receita do município mas tão simplesmente a dizer que existe outra forma de o fazer.

Uma das questões porque foi interpelado tem a ver com o facto da derrama ser uma fonte de receita que recai sobre o lucro das empresas, mas não foi dito porque é que o município não distribui os cinco por cento do IRS ao proletariado, que a CDU tanto defende, quando tem possibilidade de o fazer.

Refere que existem muitos municípios no país onde a taxa da derrama é zero, já há muitos anos, realçando que a qualidade de vida é tão boa ou melhor que a de Palmela. É por esse facto que se interrogam porque é que não há um sinal positivo por parte da Câmara, uma vez que nem o IRS é distribuído aqueles que trabalham por conta de outrem nem é aliviada a carga àqueles que dão trabalho e ninguém quer um país de desempregados a cem por cento. Termina questionando o Sr. Membro Valentim Pinto sobre quem é que irá pagar os subsídios de desemprego.

**Sra. Dra. Ana Sartóris do BE**, dirigindo-se ao Sr. Membro João Completo diz que a posição do BE não é de taxar as empresas por taxar mas sim taxar o lucro.

**Sr. Presidente da Mesa**, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

**Sra. Presidente da Câmara**, refere que ouviu com atenção, e compreende, os vários argumentos dos Srs. Membros da Assembleia que se manifestam descontentes com a proposta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

apresentada, no entanto gostaria de tentar recolocar a discussão não podendo deixar de o fazer com uma pergunta: como é que se faz e de que é que se faz o orçamento municipal?

Toda esta discussão é muito interessante mas é para ser feita em sede de discussão da lei das finanças locais na ANMP. É importante assumir-se coerentemente estas posições nas discussões da ANMP com o Governo quando se discutem as formas de financiamento das autarquias locais. Esta sim é a questão essencial.

Está a falar-se num contexto em que a derrama é uma das fontes de financiamento dos orçamentos municipais e não vê nenhum comportamento que leve a diminuir ou minimizar os encargos municipais, antes pelo contrário uma vez que as atribuições e competências das Câmaras são cada vez mais pesadas em áreas muito diferenciadas e em áreas onde assumem novos encargos. Desta forma não consegue compreender do que é que se está a falar, uma vez que não é apresentada qualquer alternativa. Pensa que é claro para todos que se está a falar do lucro que as empresas realizam, até porque há muitas empresas no concelho que nem sequer pagam derrama porque não conseguem realizar lucro. Se, se, baixar a derrama como é que se constrói o orçamento municipal, será onerando os particulares?

Refere que, no caso das empresas que beneficiam da redução proposta, se está a falar dum universo de mil e sessenta e duas empresas contra seiscentas e sessenta empresas que pagam um e meio por cento. Em opinião do executivo não será justo que se deixe de taxar as empresas para passar a taxar os cidadãos, aumentando o IMI ou as tarifas da água para obter lucro. Não quer isto dizer que não tenha que se aumentar a água para atingir os valores reais do funcionamento do sistema, mas procurar lucro na distribuição da água é penalizar vinte e sete mil consumidores quando as empresas são mil e setecentas.

Não vê como financiar os orçamentos municipais sem utilizar as receitas que estão à disposição dos municípios a não ser que se faça uma discussão global, geral e que se inverta completamente a actual lei de finanças locais e a fonte de financiamento dos orçamentos municipais.

Diz que não é possível continuar a assistir às políticas nacionais que diminuem as transferências do orçamento de estado para autarquias, a ser penalizados com o pagamento desta receita porque não fora esta alteração não teria diminuído. Foi claramente depois da aplicação da alteração que a receita tem vindo a diminuir. Na altura, a par doutras Câmaras, alertaram para a questão da forma de cálculo uma vez que anteriormente o que contava era a matéria colectável e neste momento é o lucro. A única forma de tornar este imposto mais justo e equilibrado, evitando que Câmaras continuem a ser penalizadas, era alterar a forma de cálculo ou então repensar a lei das finanças locais admitindo que é do Orçamento de Estado que vem a fatia que os municípios precisam para gerir todas as suas competências. Desta forma estariam disponíveis para beneficiar as empresas, os cidadãos e até para aliviar as pessoas em relação ao IMI aplicando taxas mais generosas.

Quanto à questão de não abdicarem dos cinco por cento do IRS, fazem-no à semelhança da generalidade dos municípios e exactamente pela mesma questão: a estrutura da lei das finanças locais não permite às Câmaras Municipais prescindirem daquilo que são as suas receitas essenciais.



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

## Mandato 2009/2013

No que respeita à hipótese de isentar as empresas, à semelhança do que é feito em algumas Câmaras, diz que é simples porque basta ver quantas empresas são. Quanto ao argumento de que as empresas procuram territórios em que as taxas são mais baixas diz que há um exemplo que contraria essa opinião. O município de Oeiras sempre aplicou as taxas máximas, continua a fazê-lo e foi o município do país que mais cresceu em termos de instalação de empresas. Refere que Palmela sempre praticou os valores máximos, sendo que a discriminação positiva para as empresas mais pequenas é o segundo ano que está a ser aplicado. Antes disso, mesmo aplicando as taxas máximas, o município de Palmela foi distinguido em 2005 pela Agência Portuguesa de Investimento como um município que se distinguia pelo seu apoio ao investimento no concelho, o que é revelador de alguma coisa. Significa que as políticas de apoio, incentivo, resolução de problemas concretos às empresas é o que conta na hora das empresas se instalarem, porque os valores praticados em matéria de taxa são públicos.

Para terminar gostaria de dizer que aquilo que talvez fosse relevante para as empresas era se pudessem ser beneficiárias dum regime que fosse mais uniforme naquilo que ao IRC diz respeito e serem tratadas como o sector financeiro. Desta forma não vê condições para mexer no imposto e fazê-lo seria completamente demagógico.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 14 votos a favor (13 da CDU e 1 do BE), 2 votos contra do CDS/PP e 8 abstenções (6 do PS e 2 do PSD). Aprovado em minuta.

## **2 – Imposto Municipal sobre Imóveis – Taxa a aplicar em 2011**

**Sr. Presidente da Mesa** dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara.

**Sra. Presidente da Câmara**, em relação à proposta diz não ter muito mais a acrescentar uma vez que os quadros apresentados são bastante claros, sublinhando o facto de se ter repetido o que foi feito no ano anterior em relação aos valores apresentados.

A título de informação gostaria de referir que existe uma ligeira alteração em relação aos quadros apresentados, uma vez que entraram em cofre alguns valores após a proposta ter sido elaborada. Estes valores resultam do pagamento de valores em dívida após ter terminado o prazo de pagamento da 2ª. prestação.

Como se pode verificar o valor do IMI mantém-se muito próximo dos valores do ano passado, sendo que a expectativa para o corrente ano é que não andarão muito longe desses valores. Deste modo a Câmara propõe manter os valores propostos no ano de 2010.

**Sr. Presidente da Mesa**, pergunta se algum Sr. Membro pretende intervir.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

**Sr. Dr. Francisco Piteira Santos do CDS/PP**, diz que se vê forçado a repetir a questão colocada aquando da discussão do ponto anterior e que não foi esclarecida pela Sra. Presidente, apesar do assunto não fazer parte da ordem do dia.

Informa que em todos os outros municípios do país a questão foi levantada e votada em Assembleia, e tem que ver com a redistribuição, ou não, da colecta do imposto IRS pago pelos cidadãos de cada município. Gostaria de saber porque é que essa questão não foi agendada nesta Assembleia.

**Sr. Presidente da Mesa**, interrompe o Sr. Membro Piteira Santos para o informar que se está a discutir o ponto dois da ordem do dia e não o assunto que está a colocar.

**Sr. Dr. Francisco Piteira Santos do CDS/PP**, dirigindo-se à Sra. Presidente da Câmara diz que no único município do país liderado pelo CDS/PP os cinco por cento do IRS são redistribuídos aos cidadãos. Refere que não se está a falar de lucro, mas sim do trabalho das pessoas que têm que pagar o IRS para além das magras receitas que têm do seu esforço diário. O CDS/PP no concelho de Ponte de Lima redistribuiu aos seus munícipes os cinco por cento que lhe é possível redistribuir.

Em relação ao IMI diz que o CDS/PP teve a informação que a Câmara está muito preocupada com o estado de conservação de alguns edifícios cuja degradação é tal que contraria a fixação de populações em pleno aproveitamento das infra-estruturas e equipamentos existentes. Parece que estão a ser estudadas medidas que visam incentivar, e facilitar, os proprietários na reabilitação dos seus imóveis.

Analisando a proposta agora apresentada verifica-se que nada tem que incentive os proprietários que têm imóveis degradados a recuperarem-nos. Os que se esforçam por os ter em boas condições são penalizados da mesma forma que os outros que nem sequer para eles olham e que se limitam a receber algumas rendas, vivendo os inquilinos em condições degradantes. Outros edifícios são ocupados ilegalmente por marginais e onde podem ocorrer situações como a que aconteceu há pouco mais de um ano, em Pinhal Novo, onde perderam a vida duas crianças.

A proposta não apresenta medidas de minoração ou majoração das taxas em sede de IMI, ou seja quer os edifícios estejam em boas condições ou não a taxa é a mesma. Ficam admirados com a apresentação das previsões da receita, sempre numa cadência de diminuição ano após ano. Questionam como é que isso pode acontecer se, pela sua natureza, os imóveis não saem do município, a cada ano que passa o edificado aumenta, as isenções terminam o que leva a haver mais pessoas a pagar e o número de prédios com avaliações actuais, iguais ao preço de mercado, também aumentam.

Por tudo o que foi dito pensam que há “gato escondido com rabo de fora”. Desta forma a bancada do CDS/PP irá votar contra a proposta apresentada que em nada favorece o concelho de Palmela.

**Sr. José Cardoso do PSD**, tentando responder a algumas interpretações que foram feitas acerca do sentido de voto da sua bancada diz que mudam de opinião de acordo com as circunstâncias. O tipo de discussão que se está a fazer nesta sessão existe em todos os



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

municípios. Se é o PSD a estar à frente da Câmara, a CDU faz o papel que aqui cabe ao PS e por aí fora. Sempre tem pautado a sua intervenção neste órgão tentando marcar a sua posição pessoal. Questiona como é que se podem comparar municípios que têm uma vida e uma área geográfica estabilizada com um município como Palmela que teve um crescimento extraordinário, com área industrial e área agrícola, com dezenas e dezenas de vias, com escolas novas, com novas exigências, sabendo que as receitas e transferências do Estado vão ser reduzidas.

Percebe que a Câmara tivesse que adaptar a sua estrutura para o crescimento que teve nos últimos anos, e ao contrário das empresas a Câmara não pode ter prejuízo nem pode por na rua. A autarquia tem que manter o seu funcionamento, tem que fazer mais infra-estruturas, mais escolas, mais estradas, dar mais apoio à população, criar mais e melhores condições de vida quando é sabido que o Governo, seja ele qual for, não pode de maneira nenhuma apoiar os municípios neste momento.

As taxas propostas neste município são as mesmas que são propostas nos outros municípios, pelo que não quer entrar nesse tipo de intervenção estéril em que se comparam municípios com realidades muito diferentes.

Termina dizendo que será muito mais crítico naquilo que a Câmara fez mal, e naquilo que não pode fazer, do que neste tipo de propostas.

**Sr. Eng<sup>o</sup>. Carlos Martins do PS** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Antes de iniciar a sua intervenção sobre a proposta em discussão, gostaria de deixar uma pequena nota sobre a lei das finanças locais e as transferências do Estado. Já foi dito aqui esta noite que não vale a pena chorar mais e o passado não voltará mais, deste modo desengajem-se porque cada vez mais as transferências do Estado vão ser cada vez menos. Quem gere os territórios e as autarquias cada vez mais tem que criar a sua própria riqueza o que é inelutável porque nunca mais vai andar para trás. A situação irá continuar assim, com mais veemência seja com que Governo for.

Em relação à proposta em discussão diz que: *“Hoje é uma noite que parece fácil, mas não é fácil. Hoje com toda a minha sinceridade temos pela frente momentos muito tristes, vamos falar de IMI e estamos a falar de taxas para 2011. Podemos falar de números e das dificuldades financeiras das autarquias obviamente em linha com as dificuldades de todos nós e do país.*

*Mas podíamos falar do executivo autárquico que se diz a esquerda, que se diz com preocupações sociais e de solidariedade e que muito critica, e às vezes bem, a insensibilidade dos governos e o endeusamento dos mercados. Um executivo que daqui por uma semana estará ou apoiará, como eu apoiarei, os muitos trabalhadores que vão estar na rua por uma mais equitativa distribuição do pão a que todos temos direito.*

*Mas podemos falar sobre taxas e IMI, pois todos fazem o mesmo da esquerda à direita. Todos afinam pelo mesmo tom, como não há e como existem dificuldades vamos a eles e vamos ao máximo.*

*Eu não sou daqueles que lá por se fazer em Lisboa e no Montijo, também, e devidamente bem comportado, esperariam que o fizesse aqui pois não o faria, não o faço. Também não vou pelo caminho do histórico, do passado, do que sempre se fez assim. Mas será que aqui em Palmela uma vez, pelo menos uma vez, não poderia existir um momento, uma referência à*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

*coerência com princípios e valores que todos neste executivo dizem defender, sobretudo atender a quem mais precisa. Onde deixaram esse ponto de honra? É que é na prática e não no discurso fácil que vemos a atitude, o carácter, a força das convicções, doa a quem doer e custe o que custar.*

*E era tão fácil! Bastava um sinal, um mero sinal que desse a perceber onde estava a diferença, marcasse o lado em que se estava. Mas a verdade deste executivo é dura como punhos.*

*Quanto ao IMI a vossa solidariedade com os que mais sofrem, o vosso compromisso, o vosso pensamento à esquerda, a arma que andou na mão e não a usaram. Aí temos sempre tido o vosso exemplo, o exemplo que dão ao povo que dizem defender: a taxa é a máxima. A direita não faria melhor!*

*Os senhores não têm telhados de vidro, são de cristal e tantas pedras atiram.*

*E sobre o IMI, e estando o ano de 2010 não acabado ainda à beira de ter uma liquidação que aproximar-se do valor de 2009, porque razão não dão um passo à esquerda e propõem para os prédios urbanos a taxa de zero vírgula setenta e cinco por cento. Tal medida, é claro, teria um custo para a autarquia, pois teria. Mas não era um benefício em favor das famílias, não poderia esta migalha ser compensada na redução em ajudas de custo, no combustível, ou em qualquer outra rubrica?*

*Este é mais um executivo alinhado com o sistema e com o espectro do politicamente correcto e tudo direitinho, à esquerda, ao centro, à direita, todos certinhos, os discursos sempre com as tonalidades conhecidas. E nem aqui neste território em que se podia ter na mão o golpe de asa da diferença conseguimos ultrapassar o cinzentismo dos dias.*

*E o que interessa a votação e o pequeno milhar de euros a mais, o que interessa é que este executivo, também ele, está manietado pelo funcionamento sem alma desta sociedade que não se distancia da lógica única que a move: o dinheiro, venha ele donde vier.*

*Sra. Presidente, perdeu a oportunidade de em Novembro ser Abril!"*

**Sra. Dra. Ana Sartóris do BE**, informa o Sr. Presidente da Mesa que tem uma Proposta de Recomendação sobre esta matéria que gostaria de lhe entregar.

Em relação ao IMI gostaria de dizer que a actual lei de finanças locais permite que um município tenha receitas extraordinárias aplicando determinados pressupostos disponíveis na actual lei. Como tal existe a possibilidade de se agravar a taxa até trinta por cento relativamente aos prédios urbanos degradados que, face ao seu estado de degradação, apresentem perigo eminente.

Desta forma não pode deixar de fazer uma referência até porque o Sr. Membro Piteira Santos falou do triste incidente de há um ano, incidente que tem especial importância para si tendo em conta que foi a corporação do corpo de bombeiros a que pertence que lá esteve e que é um assunto falado todos os dias, uma vez que dever-se-ão tomar medidas para evitar situações como essa e outras que acontecem.

Esse agravamento seria uma forma de responsabilizar os proprietários relativamente a questões de segurança pública devido ao estado do seu património. As propostas do BE são do conhecimento geral e propõem, caso o proprietário não tenha possibilidades, o recurso à



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

expropriação para requalificação dos imóveis e posterior colocação em bolsa de arrendamento destinado essencialmente a jovens com o intuito de repovoar as zonas degradadas do concelho.

Por outro lado existe ainda outra forma, à luz da lei das finanças locais, de obter mais uma receita que tem a ver com os prédios devolutos e que não têm ocupação há mais de um ano. Neste caso podem ficar sujeitos a uma taxa de IMI em dobro, que seria uma receita a mais do ponto de vista dos cofres da Câmara, porque não é aceitável que um prédio que esteja bem conservado e habitado pague exactamente o mesmo que uma fracção que esteja degradada ou desocupada.

De outra forma também tem que se pensar nas questões de reabilitação urbana como uma forma importantíssima e essencial de geração de emprego. Nos dias que correm a reabilitação urbana surge como uma bolsa de emprego absolutamente extraordinária. Gostaria de recordar que, com toda a perplexidade que o assunto deveria merecer, Portugal é país da União Europeia que detém o maior índice de construção nova. Não faz sentido nenhum que essa realidade se mantenha, tanto mais quando os prédios se têm vindo a degradar ao longo dos anos.

Por último referiria, a propósito da Proposta de Recomendação que irá apresentar, que há um ano atrás a Sra. Presidente nesta Assembleia Municipal informou que a Câmara estava a realizar um levantamento a nível dos prédios devolutos e que nessa medida, após o levantamento, seriam efectuadas diligências. Pese embora a Recomendação venha no sentido de realizar esse levantamento, e que do mesmo seja dado conhecimento a este órgão, propondo a majoração dos prédios degradados, gostaria de colocar outra questão relativamente às comissões arbitrais. No âmbito do novo código do IMI de quantos prédios, e que valor de receita, se está a falar no que respeita àqueles cuja matriz já foi revista e aqueles que ainda não foi.

**Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU**, em primeiro lugar gostaria de deixar um comentário à intervenção do Sr. Membro Carlos Martins relativamente a uma expressão utilizada a que deu uma ênfase particular “...desenganem-se porque cada vez mais as transferências do Estado vão ser cada vez menos... e as autarquias cada vez mais tem que criar a sua própria riqueza...”. Diria mais, desenganem-se os trabalhadores com estas políticas, desenganem-se todos os que acreditam que é com estas políticas que governam o país há trinta e cinco anos que teremos dias melhores.

Se era isso que o Sr. Membro Carlos Martins pretendia dizer está de acordo. Como na bancada da CDU não são de desanimar nem de desmotivar, continuam a acreditar, e não se estão a enganar a si próprios, que são possíveis novas políticas e que é possível uma política nova e uma sociedade diferente, pelo que não se revêem na expressão.

Quanto à sugestão de que as autarquias encontrem receitas próprias e gerem riqueza, aplicando em postos para a cobrança dessa riqueza, tem profundas dúvidas e reservas relativamente às diferenciações que impostos que deveriam ser nacionais de carácter universal possam ser diferenciados, como é o caso do IMI ou mesmo o IRS. Mesmo falando em valores irrelevantes têm dúvidas relativamente ao carácter de justiça de aplicação de diferentes taxas no país, taxas essas que deveriam ser universais e iguais. Pela lógica do Sr. Membro Carlos Martins voltar-se-ia ao tempo do “Far West” norte-americano com condados e xerife onde cada um cobrava e fazia as suas próprias leis. Como defendem a coesão nacional e a justiça à escala



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

nacional não se revêem que sejam as autarquias a cobrarem à sua própria forma, com os seus critérios políticos, a taxaçoão da riqueza. Tal como já foi referido pela Sra. Presidente, a Câmara faz o que é sua obrigação e tem-no feito bem uma vez que estimula o investimento local naquilo que está ao seu alcance. Deste modo pensa que, do ponto vista político, a sugestão feita é inusitada.

Em sua opinião a questão central não tem a ver com as receitas, e aí está de acordo com a opinião do Sr. Membro José Cardoso, porque têm critérios de autonomia com bandas muito estreitas. Em termos das receitas o grande bolo vem da lei das finanças locais sendo que o IMI, o IRS e a Derrama não têm grande relevância. O que diferencia as autarquias são os critérios e opções políticas dos investimentos, e aí é que se diferenciam as políticas de esquerda e de direita.

Também está de acordo como Sr. Membro José Cardoso quando refere que não se pode comparar o concelho de Palmela com outros com maior densidade populacional. É do conhecimento geral que o custo/escala dos investimentos no concelho de Palmela é muito maior que qualquer município com uma densidade populacional maior. Tudo isto entronca numa inevitabilidade quando a lei das finanças locais reduz a transferência para as Câmaras, que no caso de Palmela incidiu sobre as receitas directas que decorrem dos vários impostos que foram muito reduzidas.

Dirigindo-se ao Sr. Membro Carlos Martins e a propósito da sua expressão: “Sra. Presidente, perdeu a oportunidade de em Novembro ser Abril!” gostaria de lhe dizer que foi em Novembro, há cerca de duas semanas, o início da regressão de Abril. Foi exactamente nessa data que as políticas de direita têm colocado o país na situação política em que se encontra.

Em relação à intervenção da Sra. Membro Ana Sartóris, diz estar de acordo, no fundamental, com o que disse porque o que falta são políticas a nível nacional e não a nível local. A questão que colocou da diferenciação positiva, ou negativa, por parte das autarquias está profundamente limitada não só do ponto de vista jurídico como do ponto de vista político. Defende que, tal como na lei dos solos, os prédios devolutos ou degradados, atendendo às circunstâncias de cada situação, sejam diferenciados em termos de aplicação de impostos. Essa situação terá que ser vista a nível nacional e não a nível local porque as margens são muito pequenas. O que se tem verificado é uma falta de vontade política dos sucessivos Governos de tomarem medidas nesse sentido.

**Sr. Eng<sup>o</sup>. Carlos Martins do PS**, em relação á intervenção do Sr. Membro Valentim Pinto diz que o seu ar doutoral e explicativo é desnecessário, porque se tem conhecimentos sobre várias matérias há neste órgão outras pessoas que também o têm. Também gostaria de lhe pedir que não truncasse as palavras que são ditas, porque percebeu bem a intenção das suas palavras e não gostaria de regressar ao “Far West”. O que pretende dizer é, com toda a clareza, que criar riqueza não é obrigatoriamente criar impostos, é muito mais do que isso e é qualquer coisa que tem que ver com desenvolvimento, com planeamento e gestão dum território. Termina solicitando que não ponha nas suas palavras aquilo que objectivamente não disse e que tenha mais alguma humildade naquilo que diz porque também diz os seus disparates que não valem a pena comentar.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

**Sr. Presidente da Mesa**, refere que foi distribuída pelos Srs. Membros uma Recomendação do BE com seis considerandos e uma proposta. Daquilo que lhe é dado saber os levantamentos referidos nos pontos nºs 1 e 2 já estão a ser feitos, pelo que, em sua opinião, não haverá nenhum inconveniente ao Plenário em aceitar a Recomendação, ficando devidamente exarado em acta.

**Sr. Engº. José Charneira da CDU**, em relação à Recomendação diz que esta propõe que a Assembleia Municipal delibere sobre o que se recomenda à Câmara Municipal.

**Sr. Presidente da Mesa**, diz que o delibere pode ser entendido de várias formas. Em sua opinião trata-se apenas para conhecimento, num gesto de boa vontade do BE.

**Sr. Dr. João Completo Costa do PS**, em relação à Recomendação diz que é a primeira vez que, em público, irá defender a Câmara Municipal. Deste modo propõe que seja retirado do ponto dois a seguinte expressão: “...*sem injustiça ou desigualdade...*”, uma vez que se parte da presunção que a Câmara comete injustiças e desigualdades.

**Sr. Presidente da Mesa**, tendo em conta a intervenção anterior questiona a proponente se autoriza a que seja retirada a expressão utilizada tendo sido aceite.

De imediato dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

**Sra. Presidente da Câmara**, respondendo às questões colocadas gostaria de informar que:

- em relação aos valores liquidados e aos valores cobrados não se trata duma questão da Câmara mas sim das Finanças. A Câmara é notificada do valor de liquidação que seria pago pelas pessoas e que à partida seria recebido pela autarquia. O que acontece é que as pessoas pagam ou não, o que resulta simplesmente da acção das Finanças. Em relação aos valores do IMI o que aconteceu foi que na altura em que a proposta foi elaborada o valor foi alterado, presume por diligência das Finanças. Gostaria que ficasse claro que o valor cobrado do IMI ultrapassa as competências da Câmara Municipal e daí não perceber onde se aplica a expressão “*gato escondido com o rabo de fora*”.

- quanto ao valor de cinco por cento do IRS devolvido aos cidadãos, diz que a Assembleia Municipal só tem que se pronunciar caso a Câmara queira propor a devolução deste montante. A Câmara Municipal de Palmela à semelhança de todas as Câmaras da Área Metropolitana de Lisboa, respeitando a opção de Ponte de Lima, não devolveram o valor referido uma vez que consideram que a lei das finanças locais tal como está estruturada não permite às Câmaras prescindir das receitas que têm. Em sua opinião podem ser muito criativos noutras áreas mas não em matéria de receitas.

- de acordo com a informação das Finanças e da comissão de avaliação de edifícios, que funciona a nível nacional e onde as autarquias estão representadas pela ANMP, o número de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

edifícios existentes nas cinco freguesias do concelho rondam os trinta e cinco mil e quinhentos edifícios, tendo sido avaliados doze mil e noventa e nove o que significa trinta e quatro por cento do total.

- quanto à possibilidade de se majorar ou minorar o IMI, informa que esta prática já existe no Centro Histórico de Palmela. Para se fazer esta proposta em concreto a zona onde se insere o prédio tem que estar completamente identificada, delimitada e os prédios identificados “*per si*” através do nome do proprietário, número de contribuinte e registo na matriz o que desde logo coloca um problema muito objectivo de cadastro que está totalmente desactualizado e que é muito difícil de fazer. Este trabalho já está feito para o Centro Histórico de Palmela, havendo até uma medida de incentivo para a sua requalificação e não de penalização à não requalificação. Esta medida de incentivo acontece através da redução em trinta por cento do imposto e ainda mais vinte por cento, ou seja cinquenta por cento no total, para aqueles que tenham o imóvel arrendado. Até ao momento entendeu-se não penalizar a não recuperação porque no universo do Centro Histórico de Palmela existem muitos proprietários sem condições financeiras. Deste modo penalizar significa aumentar os encargos a pessoas que não têm mesmo condições para recuperar o seu edifício, que por vezes é o seu único bem.

- relativamente à Recomendação que hoje foi apresentada tem a dizer que o trabalho está parcialmente feito e no próximo ano, provavelmente, terá as suas consequências na majoração dos edifícios degradados. Neste contexto procedeu-se ao levantamento a nível dos prédios urbanos localizados em áreas previamente definidas para o efeito, tendo já sido feito nas freguesias de Pinhal Novo, Quinta do Anjo, Poceirão e Marateca na medida que em Palmela está feita a delimitação do centro histórico. Foram identificados prédios em estado de degradação, aparecendo devidamente identificada e caracterizada com os vários níveis de degradação, podendo nalguns casos ser apenas uma questão de imagem urbana e noutros questões de riscos e segurança. No Pinhal Novo foram identificados quatrocentos e setenta e cinco prédios, trezentos e catorze prédios em Quinta do Anjo, noventa e três em Poceirão e cento e noventa e três prédios em Marateca. Trata-se duma primeira informação quanto ao número e dimensão dos prédios degradados existentes no concelho, o que implica ir mais longe identificando os proprietários e na matriz todos os prédios sobre os quais irá ser apresentada uma proposta de majoração.

- ainda sobre o capítulo dos benefícios e das penalizações gostaria de dizer que não sendo mais benevolentes na matéria de impostos, ao contrário existem áreas da intervenção municipal onde são muito criativos e onde verdadeiramente fazem opções políticas em função com os princípios e com as convicções que defendem e onde procuram privilegiar as classes mais desfavorecidas e fazendo opções que estão relacionadas com as convicções em matéria de modelos de desenvolvimento. Em concreto, e falando das classes mais desfavorecidas, gostaria de situar uma política que têm, diferente de muitos outros municípios, em matéria de apoio às famílias nas escolas. Uma medida de discriminação positiva que praticam é o facto da lei sugerir que se apliquem os apoios em função de dois escalões diferenciados e a Câmara apoia pelo escalão mais alto uma vez que os valores em causa são muito baixos. Uma outra opção que é consentânea, e coerente, com as opções estratégicas de desenvolvimento é quando não se aplica a lei que diz que os transportes escolares têm que ser feitos às crianças que residam a uma distância de quatro quilómetros da escola e fazem-no quando as crianças estão a dois



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

quilómetros. Esta opção tem custos financeiros mas traduz a política na aposta e incentivo à educação e a todas as medidas que possam contribuir para um melhor desempenho das crianças na escola, na educação e no ensino. Num concelho com as características de Palmela andar quatro quilómetros é muito e, dentro das possibilidades, esse valor foi reduzido fazendo uma opção por um modelo e conceito de desenvolvimento do território. Termina dizendo que estas são as áreas em que acham poder introduzir claramente políticas de natureza local e de opção municipal que tem que ver com as opções políticas e não com outras.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 13 votos a favor da CDU, 2 votos contra do CDS/PP e 9 abstenções (6 do PS, 2 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

### **3 – Organização dos Serviços Municipais – Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear da Câmara Municipal de Palmela**

**Sr. Presidente da Mesa** dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara.

**Sra. Presidente da Câmara**, para além do que vem referido no texto da proposta gostaria de recordar que foi feita uma pequena reunião de trabalho com os representantes de cada uma das bancadas onde houve oportunidade de trocar impressões sobre a mesma.

Na sequência dessa reunião, e a título meramente informativo, ficou de informar os Srs. Membros da Assembleia sobre a forma como estão distribuídos os pelouros dos Srs. Vereadores o que fará de imediato e antes de prestar esclarecimentos sobre a proposta.

Prestada que foi a informação sobre os pelouros, diz que os Srs. Membros da Assembleia têm que se pronunciar apenas sobre a estrutura orgânica nuclear da Câmara, de acordo com o previsto na nova legislação – Decreto-lei nº. 305/2009, que é o nível dos departamentos.

Inicialmente a proposta continha apenas o desenho dos departamentos mas na reunião alargada efectuada na Câmara foram alertados pelos Srs. Vereadores do Partido Socialista, que não detêm pelouros e talvez por isso a visão do funcionamento da Câmara no seu conjunto não é tão imediata, para a pouca leitura que haveria se apenas fosse apresentado esse desenho. Deste modo foi acrescentada a macro estrutura sem separação entre o que é estrutura nuclear e o que não é.

Em relação ao resto da estrutura a competência é da Câmara Municipal, sendo que nas subunidades (antigas secções) é competência do Presidente da Câmara.

Termina dizendo que se encontra à disposição para possíveis esclarecimentos.

**Sr. Presidente da Mesa**, pergunta se algum Sr. Membro pretende intervir.

**Sr. Engº. Carlos Martins do PS**, na sua primeira intervenção disse que a noite seria difícil apesar de parecer fácil.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

Em relação à proposta em discussão faz a seguinte intervenção: *“Nem quero acreditar que seja possível nos dias de hoje sequer pensar numa hipótese como aquela que é aqui apresentada hoje. É com espanto, quase incrédulo, que vejo esta proposta. Estamos perante uma lógica de funcionamento e de organização que é impossível de sustentar. Então tanto temos aqui ouvido falar no despesismo, da solidariedade que tanto falta nestes tempos difíceis, na falta de contenção na despesa, e o executivo municipal propõe esta organização megalómana e de luxo. Mas em que concelho estamos? Será que estamos em Portugal? Será que a situação económica e financeira que se vive permite este desregramento?”*

*Temos ouvido falar em racionalização de recursos e simplificação de processos, ou quando se fala das empresas públicas e das parcerias público privadas falamos, e com toda a razão, no desbaratar quase pornográfico de meios e agora ficamos calados, não dizemos nada?*

*E o que é que temos nesta proposta?*

*Vou dar só uma nota: conheço um organismo central do estado que trabalha para o país na defesa do consumidor, da saúde pública e da livre concorrência. Tem serviços centrais e nove serviços desconcentrados espalhados pelo país. Trabalha para dez milhões de portugueses e tem que verificar o comportamento de um milhão de operadores económicos. Tem uma direcção com três elementos, tem dez dirigentes de primeiro nível, dezassete dirigentes de segundo nível. Em 2007 tinha quinhentos e vinte trabalhadores, sessenta por cento desses trabalhadores faziam funções de apoio e só quarenta por cento actuavam no core da organização. Hoje tem pouco mais de quatrocentos trabalhadores e sessenta por cento actuam no core da organização e só quarenta por cento em funções de apoio. Não houve qualquer despedimento ao longo destes anos. A actividade no terreno sempre tem subido de ano para ano e vai conseguindo fazer com que as taxas de incumprimento que existiam no país tenham vindo a decrescer com alguma sustentabilidade.*

*Sra. Presidente, tenho-lhe a dizer que se realmente, e é verdade, que as competências das Câmaras Municipais cada vez têm aumentado mais também neste serviço em 2007 havia setecentos diplomas que regulavam a fiscalização e hoje são mais de mil e duzentos. Este organismo gere um orçamento médio de vinte e três milhões de euros.*

*Palmela tem sessenta e quatro mil habitantes, quatrocentos e sessenta e três quilómetros quadrados, gere um orçamento de cinquenta e seis milhões de euros e tem mais de mil trabalhadores. E pretende ter, ou tem, um Presidente e cinco vereadores, oito dirigentes de primeiro nível, vinte e sete é o número máximo de dirigentes de segundo nível, três equipas multidisciplinares no máximo, onze subunidades orgânicas que podem ser criadas no máximo e pode ainda criar no máximo quatro equipas de projecto.*

*Porque razão a cultura e o desporto não se juntam com a educação e intervenção social?*

*Porque razão a administração e finanças não se juntam com os recursos humanos e a organização?*

*Porque é que o urbanismo, a logística, a conservação, o ambiente, as infra-estruturas não estão no mesmo departamento?*

*Em nosso entender, e tanto temos batalhado nisto, a grande missão numa autarquia é a meu ver planear e gerir o território. Onde está tal departamento?*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

*Fala a esquerda do Dr. Alberto João? Falamos dos ordenados milionários? Falamos de esbanjamento? Falamos em gerir bem o dinheiro dos contribuintes? E quando são os senhores a organizar, o que vemos? Nada. É tudo à farta como todos os outros, os tais capitalistas que gerem o regime. É este o sistema vigente, está podre. Mas também está podre do lado do executivo da Câmara Municipal de Palmela. Por este caminho não se vai para o abismo, já se lá está.*

*É também com arrojo e despudor com que se executam propostas como esta que o país está no estado em que está no momento. Não faça o executivo da Câmara Municipal de Palmela orelhas moucas porque o seu contributo para o descalabro geral é significativo. Até se pode entender a oposição que muitas vezes nesta sala se faz ao Governo, mas já não se pode entender qualquer tipo de proposta que contribui para a liquidação do país.*

*Sra. Presidente, gastar o que não se tem é suicídio e muito pouco patriótico. Esta proposta merece não ser apoiada. É o que nos resta, pois em nome das dificuldades das pessoas e dos sacrifícios que estamos a fazer esta proposta nem devia sequer ter sido apresentada.”*

**Sr. Engº. José Braz Pinto do PS** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

De imediato apresenta a seguinte intervenção: “Já é sobejamente conhecida a nossa posição face à organização de serviços na Câmara Municipal.

*Primeiro que tudo é uma questão que depende directamente do executivo, no qual participamos em oposição e sem pelouros, por decisão própria e dadas as pouco respeitáveis participação e meios oferecidas à oposição. Desta situação decorre a impossibilidade de alterarmos qualquer modelo apresentado, o que compreendemos mas nos faz ficar na posição de meros observadores, sempre na expectativa de que as soluções encontradas sejam as melhores ou as mais próximas das nossas próprias posições. As soluções encontradas no passado sempre nos demonstraram o contrário e daí a necessidade constante de alterações ser aceite e indicada pelo executivo como razão para correcção de percursos.*

*Depois, as soluções sempre encontradas, afastam-se redondamente da nossa visão política para uma autarquia dos tempos actuais. As soluções encontradas são passadistas e conservadoras. Dizia-se no preâmbulo do Regulamento publicado em D.R. de 29-03-07: “ No quadro do trabalho de diagnóstico... que passou por uma auditoria externa, verificou-se que ...deveria figurar uma alteração de alguns aspectos da estrutura orgânica, ainda que esta não fosse, no cômputo geral, completamente inadequada. “. Nós, nas intervenções da sessão de Câmara de 14/02/07 dizíamos: eu próprio, como vereador “A reestruturação parte de uma realidade considerada desajustada... seriam necessária alteração de conceitos... antes duma acção destas era necessário pensarmos que Câmara queremos para o futuro.” “ ...uma reestruturação, ou é ambiciosa, ou é de certa forma contida... e vai introduzindo alterações que vão obrigar a constantes ajustamentos e redefinições. “ esta reestruturação não parece ter objectivos definidos...” “ Continua uma estrutura muito pesada...” Por seu lado, o vereador José Carlos dizia “... esta reestruturação é pobre, pecando por alguma ingenuidade... de mudança que parece não contemplar aquele desiderato que já foi trabalhado e que tem a ver com um menor tempo de resposta ao cidadão, uma maior celeridade na resposta aos agentes económicos, uma maior qualidade no serviço prestado aos munícipes.”, e perguntava: “ ... quem criou a situação actual. Foi uma proposta apresentada em 2000 pela maioria do Executivo CDU.” Terminava*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

*dizendo “ é proposta muito exígua, muito ténue, em relação àquilo que eventualmente se poderia propor.” “...é uma oportunidade adiada. “ ... estes não seriam claramente os objectivos que os Vereadores Socialistas traçariam para uma alteração estrutural, nesta fase.*

*Logicamente votamos contra... Outra coisa não seria de esperar.*

*Hoje, passados 3 anos, na proposta ora apresentada diz-se: ” a anterior estrutura foi orientada por princípios de operacionalidade, eficiência e eficácia...na orientação dos serviços para o munícipe / utente... no sentido de melhorar respostas às necessidades essenciais dos cidadãos... “ e “ ...em resultado da análise realizada nos últimos 3 anos ao funcionamento dos serviços, torna-se necessário realizar alterações... de modo a obter uma maior capacidade de resposta... com o objectivo de tornar céleres os procedimentos administrativos, ...” O Partido Socialista, na Câmara e pela voz do vereador José Carlos disse que nenhum dos objectivos definidos da anterior organização proposta se tinham verificado e que hoje, mesmo face a uma monitorização nunca explicada se iriam efectuar algumas alterações, continuando tudo na mesma: 8 departamentos, 27 divisões, 3 equipas multidisciplinares, 11 secções (estão 9 em funcionamento e prevê-se a criação de 2), 4 equipas de projecto (estão em funcionamento 3, prevendo-se o aumento de 1). Esta organização em nada alterou o conceito que a Câmara tem demonstrado em relação à organização anterior. Diz-se ser a adequada, não concordamos... não temos essa visão. Não serve o interesse dos munícipes, não cumpre o principal objectivo a que se propõe. Continuamos a ter falta de rasgo e de prospectividade. Fala-se hoje, como se falou em 2007, em contenção mas tal não se vislumbra.*

*Logicamente os vereadores Socialistas votaram contra... Outra coisa não seria de esperar.*

*Numa gíria portuguesa poderia dizer que fazemos nossas as palavras dos oradores anteriores, mas acrescentamos que nada mudou... ou por outra, em razão aos problemas actuais, que deveriam ser levados em conta, piorou.*

*A solução encontrada é de “ mudança na continuidade “. As soluções continuam a ser passadistas e conservadoras. Nada mudou. Fez-se uma pequena cosmética mas tudo continua estruturalmente na mesma... ou pior. Hoje como ontem afirmamos: a organização contínua numa realidade que consideramos desajustada. É necessária a mudança de conceitos. Não nos revemos de todo nesta organização quase gémea da anterior. O que era inadequado em 2007, continua a ser inadequado em 2010. Fizeram-se monitorizações, das quais desconhecemos os resultados finais, mas não se alteram fundamentos. Só se faz uma dança de unidades orgânicas, só se alteram quantidades sem mexer nos conteúdos. Reafirmamos é uma oportunidade adiada. Numa intervenção que fizemos na anterior Assembleia referimos amplamente notícias de demoras inexplicáveis de decisões e despachos, incongruências de alguns procedimentos e ineficácia de muitas práticas. Isto prova, para além do desajuste das soluções, da não mudança de conceitos, uma ineficácia das soluções encontradas.*

*Mas, dizemos nós, em vez de melhorar piorou, tendo em conta as realidades actuais. Estamos em 2010, em plena crise nacional, europeia e mundial. Os portugueses estão a ser chamados a um esforço quase desumano para conter despesas e aumentar receitas (que só se conseguem, aumentando a produtividade e eficiência, mudando organizações, moralizando a distribuição de riqueza, combatendo o despesismo e desperdício e aumentando o poder concorrencial das nossas exportações). Estes desideratos têm de ser conseguidos não só pelo*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

*Poder Central mas também pelo Poder Local e por toda a sociedade dita civil. E... o que acontece em Palmela? O executivo fica satisfeito em não aumentar custos... isto neste momento porque prevê o futuro aumento de 2 secções e 1 equipa de projecto. Não se faz um esforço de contenção e paulatinamente prevê-se aumento de unidades orgânicas e equipas não necessárias neste momento. Não poderiam ser diminuídos os Departamentos, por concentração de algumas divisões? Não poderiam ser diminuídas as divisões por concentração de alguns serviços? Para quê aprovar desde já o crescimento de unidades não necessárias neste momento? Parece haver uma grande displicência o que contradiz as sucessivas afirmações das dificuldades, comprovadas pelos orçamentos apresentados e pela difícil realização dos mesmos.*

*Senhor Presidente e Senhores Deputados:*

*Experimentei a fazer um pequeno exercício. Como temos de aprovar a estrutura nuclear (Departamentos), procurei um rácio destas unidades orgânicas em 8 Câmaras (4, geridas pelo PC, Palmela, Almada, Alcochete e Setúbal e 3, geridas pelo PS, Montijo, Alcácer do Sal e Grândola, todas do Distrito de Setúbal e a de Abrantes, do Distrito de Santarém, que mais se aproxima de Palmela em número de habitantes).*

*Excluindo as Câmaras de Alcochete, Grândola e Alcácer do Sal, que só têm divisões e nenhum departamento, o que se justifica pelo número escasso de habitantes mas que mesmo assim reflecte uma contenção de despesas, Palmela é o concelho que tem Directores de Departamento por menos habitantes o que significa que percentualmente mais Departamentos tem.*

*Explicando:*

- Almada – 160.825 habitantes – 12 Departamentos – 1 departamento/13.402 habitantes
- Setúbal – 113.934 habitantes – 6 Departamentos – 1 departamento/ 8.969 habitantes
- Montijo – 39.168 habitantes – 5 Departamentos – 1 departamento / 7.433 habitantes
- Abrantes – 45.697 habitantes – 4 Departamentos – 1 departamento /11.424 habitantes
- Palmela – 53.353 habitantes – 8 Departamentos – 1 departamento/ 6.669 habitantes

*Daqui resulta que a Câmara de Palmela é a mais gastadora em termos de estrutura orgânica. Isso mesmo andamos a dizer há muito tempo, quando dizíamos que era necessário maior rigor orçamental e maior planeamento que deverá começar pela própria estrutura orgânica.*

*A finalizar direi que esta Organização dos Serviços não é uma oportunidade adiada. É uma oportunidade perdida.*

*Gracejando e referindo-me a um dito do Sr. Presidente da Assembleia que disse não perceber as razões que levaram os Vereadores PS a votar contra esta proposta, direi:*

*Percebe agora Sr. Presidente porque os deputados do PS vão votar contra esta proposta?"*

**Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU**, por aquilo que se pode ler no documento distribuído a reorganização orgânica surge do imperativo legal, também aplicável às Juntas de Freguesa numa



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

outra escala e dimensão, pelo que as autarquias têm que proceder à reformulação que pode ser diversa.

É dito no documento que a estrutura proposta vai, no seu fundamental, recuperar aquela que era a estrutura orgânica de 2007.

Em relação à intervenção do Sr. Membro Carlos Martins, e apesar deste ter feito comentário à sua forma de intervir, diz que não faz comentários à forma como este a fez. Fez algumas comparações que são totalmente descabidas uma vez que comparou o organismo onde trabalha (ASAE) com a Câmara Municipal, ou seja comparou o que é incomparável. São realidades organizacionais que têm produtos e serviços completamente distintos.

Já o exercício que o Sr. Membro José Braz Pinto fez acha-o intelectualmente aceitável ao contrário do que o Sr. Membro fez que não o é, porque está a comparar estruturas orgânicas com objectivos, com dimensões completamente diferentes. Diz que os rácios não podem ser feitos como os fez, uma vez que o que é comparável são estruturas orgânicas.

Como informação diz que quando o PS esteve na Câmaras de Setúbal e Sesimbra não mexeu na estrutura orgânica, mais ainda o que fez foi para agravar. Na Câmara de Setúbal criou mais departamentos e uma empresa municipal de águas, facto que não foi referido pelo Sr. Membro Braz Pinto.

Gostaria de falar da estrutura orgânica das Câmaras de Almada e Seixal, que são da CDU, e das Câmaras de Loures e Amadora, que são do Partido Socialista. Começando por Almada diz que tem direcções municipais, que são permitidas por lei quando o número de habitantes é superior a cem mil habitantes, e que no Seixal estão em vias de ser criadas. Loures tem cinco direcções municipais, treze departamentos, quarenta e três divisões e Amadora tem seis direcções municipais, treze departamentos, quarenta e cinco divisões.

Diz que não comparam Câmaras porque não é um exercício intelectualmente honesto, como não foi o do Sr. Membro Braz Pinto, porque tem que se ter em conta o número de habitantes e o número de trabalhadores que são diferenciados. Devem comparar-se realidades comparáveis.

Um elemento que é fundamental, indicador utilizado pela ANMP, é o rácio entre o número de trabalhadores, o número de habitantes e a área geográfica. Municípios que tenham áreas territoriais muito dispersas necessitam inevitavelmente de maiores investimentos e maiores recursos. As realidades são muito diferentes de concelho para concelho, a título de exemplo diz que a freguesia de Quinta do Anjo tem pouco menos área que todo o concelho do Seixal e tem a área territorial da cidade do Barreiro. Politicamente falando não é sério a comparação nos termos em que foi feita pelo Sr. Membro Braz Pinto, mas se disser que em termos gerais as estruturas orgânicas da administração pública são muito pesadas e estão muito compartimentadas gerando problemas de comunicação entre elas, concorda.

Até mesmo as autarquias locais não têm a flexibilidade que parecem ter relativamente à sua compartimentação e anexação. Quando se fala em produtos diversos e serviços diversos, juntado a divisão de águas e esgotos com a de espaços verdes é evidente que, em termos de eficácia, não se está a falar do mesmo produto mas do mesmo serviço. Trata-se duma realidade de todas as autarquias do país e pode ser analisada pelas estruturas orgânicas.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

Termina dizendo que a crítica feita à Câmara de Palmela pela adaptação da sua estrutura à nova legislação peca por infundamentada e injusta, naquilo que foi dito pela bancada do PS.

**Sr. Engº. Fernando Nascimento do CDS/PP**, diz que ouviu com atenção todas as intervenções e gostou especialmente da expressão utilizada pelo Sr. Membro Carlos Martins que dizia: “...gastar o que não se tem é suicídio...”. Concorde plenamente e diz que Portugal já está suicidado há muito tempo, pelo que gastar o que não se tem aqui ou em Portugal é o mesmo. Em sua opinião este argumento não colhe por parte do Partido Socialista.

Diz que também ficou muito satisfeito quando ouviu que: “... o passado não volta ...” e que ficaria ainda mais satisfeito se isso na verdade acontecesse porque não voltaríamos a ter Sócrates como Primeiro-ministro.

Em relação à proposta em discussão o que interessa não são as quezílias politiqueras, mas sim os encargos. Deste modo pergunta que previsão tem a Câmara Municipal relativamente aos encargos da actual estrutura e da nova estrutura, poupa ou não poupa e se há mais encargos.

Gostaria de perceber para que servem as equipas multidisciplinares, se irão aumentar a produtividade ou não, qual o seu âmbito de actuação, qual a sua competência. Em sua opinião a noção de equipas multidisciplinares é muito interessante porque poderão desenvolver acções que levem ao aumento da produtividade, à diminuição dos prazos de respostas, coordenação entre serviços que, muitas vezes não existe, sejam internos ou entidades externas e poderá ser uma grande mais valia para a Câmara Municipal.

Relativamente às equipas de projecto pergunta o que são, o que irão fazer, uma vez que poderão ter uma intervenção bastante interessante no âmbito municipal, e que projecto irão fazer se for caso disso.

Na proposta que é apresentada pela Câmara Municipal são referidas as questões da operacionalidade, eficiência e eficácia mas não refere se os encargos diminuem, o que seria importante referir. Diz ainda que: “... de modo a permitir uma maior capacidade de resposta às solicitações decorrentes das novas competências e atribuições da autarquia...”, pergunta quais as novas competências e atribuições porque no documento não são referidas, sendo necessário saber quais são para se perceber as razões que levaram à apresentação da proposta.

**Sr. Dr. João Completo PS**, dirigindo-se ao Sr. Membro Fernando Nascimento diz que gostou da alusão que fez na sua intervenção às equipas multidisciplinares.

Em sua opinião o grande problema do organograma apresentado está na forma como é definido. Pegando na ideia das equipas multidisciplinares não concebe perceber como uma coligação como é a CDU, coligação entre o PCP e o partido “Os Verdes”, coloca nesta estrutura o ambiente como se fosse só água, saneamento e rsu's. Não é demagogia dizer que ambiente também é cultura e desporto, porque é a síntese se quisermos que este planeta ainda exista daqui a uns anos e se quisermos uma cultura ambiental dos nossos jovens. Ambiente é cultura, é desporto e é turismo. Para além dos custos que se possam reduzir, o grande erro deste modelo é que o ambiente tem que ser transversal a quase todos os departamentos.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

**Sr. José Cardoso do PSD**, diz concordar que se trata duma máquina muito pesada. Percebe perfeitamente que ao longo dos anos a Câmara de Palmela teve que acompanhar novos projectos e o desenvolvimento do concelho obrigou a aumentar a estrutura que em sua opinião é demasiadamente pesada e actualmente não tem hipótese de recuar. Provavelmente o peso político dos dirigentes, funcionários da Câmara, se calhar impediu que a Câmara fizesse uma redução substancial de custos.

Está absolutamente convencido que seria necessário uma intervenção a nível do pessoal para que a produtividade aumentasse uma vez que, tendo em conta a extensão do concelho e a necessidade de deslocação para os vários locais de trabalho, os níveis não são os melhores. A Sra. Presidente da Câmara e os membros do executivo sabem da consideração que nutre pelas suas pessoas e sabe que não têm culpa de certas situações, mas há funcionários da Câmara que tratam mal os munícipes.

Percebe que a Câmara não consiga mexer nesta estrutura a ponto de reduzi-la, não é que não queira mas não o pode fazer pela forma como está estruturada.

Reafirma que não vale a pena fazer comparações entre municípios porque não há dois iguais, uma vez que cada um tem as suas realidades. Diz ainda que o maior disparate que viu na sua vida foi comparar a Câmara com a ASAE, porque são duas realidades completamente diferentes.

Tendo em conta a estrutura existente e a impossibilidade de a alterar a Câmara terá, num futuro muito próximo, de dizer à população que não há receitas, não há transferências e assim não será possível fazer obras.

Termina dizendo que aguarda explicações da Câmara Municipal para a bancada decidir o sentido de voto.

**Sr. Engº. José Braz Pinto do PS**, dirigindo-se ao Sr. Membro Valentim Pinto diz que é com alguma surpresa que ouviu algumas das suas declarações.

Recorda que no início de funções como vereador neste município uma das comparações que fez foi com Setúbal, onde foi chefe de divisão e ao que julga saber o Sr. Membro foi, ou é, chefe de divisão ou director de departamento noutra Câmara. Na altura teve ocasião de comparar as duas realidades e dizer que só a freguesia de S. Sebastião, em Setúbal, tinha quase tantos habitantes como o concelho de Palmela inteiro sendo que na altura a estrutura da Câmara de Setúbal era inferior à da Câmara de Palmela.

Por outro lado informa que não se criou uma empresa de águas, mas deu-se a concessão das águas e efluentes a uma empresa o que veio a diminuir custos à autarquia. Recorda que teve alguns debates com o então Sr. Vereador Charneira, e hoje membro desta Assembleia, quando tentava explicar que concessão não é privatização uma vez que este na altura confundia esta situação. É com surpresa que, neste momento, vê o Sr. Membro Valentim Pinto dizer que a realidade é diferente.

Em relação à comparação entre Câmaras disse o Sr. Membro Valentim Pinto que eram realidades não comparáveis mas, de facto, também apresentou realidades não comparáveis porque comparar Loures com Palmela também não tem comparação. No entanto esqueceu, ou não ouviu bem, a sua intervenção quando disse que: *“Excluindo as Câmaras de Alcochete,*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

*Grândola e Alcácer do Sal, que só têm divisões e nenhum departamento, o que se justifica pelo número escasso de habitantes...". De facto não tentou comparar Alcácer com Palmela, uma vez que foi logo excluída.*

De seguida foram feitas uma série de afirmações que o deixaram completamente baralhado. Pergunta o que é que a deslocação dos trabalhadores tem a ver com o número de departamentos e se os gastos com essas deslocações não serão superiores ao valor a pagar em ajudas de custo, caso almoçassem no local onde estavam deslocados.

Diz que todas as Câmaras sejam elas de que cores políticas forem, todos os organismos e todos os cidadãos deste país têm que fazer um esforço de contenção de despesas. Aqui, nesta organização, era possível ter feito algum esforço de contenção de despesas que não foi feito. Não há economia e continua a gastar-se o mesmo, havendo até a possibilidade de se poder a vir a gastar mais se forem criadas secções e equipas de projectos, o que é mau.

Termina a sua intervenção dizendo que esta seria a oportunidade ideal para reduzir custos, porque para gerir uma empresa seja ela pública, municipal ou privada há que ter em atenção dois vectores: a receita e a despesa. Quando se está mal ou se aumenta a receita ou se encolhe a despesa. Como não há possibilidade de aumentar a receita, uma vez que está a diminuir, então só há uma solução que é tentar, por todos os meios, encurtar despesas sendo que a redução da estrutura orgânica seria uma forma de encurtar despesa.

**Sr. Engº. Carlos Martins do PS**, diz que o que está a falar é da reorganização e de estruturas orgânicas das administrações públicas quer sejam a nível central, regional ou local. Quando deu o exemplo da ASAE não é comparável do ponto de vista das competências nem daquilo que exerce, porque a questão não é essa. A questão é que é possível as organizações, sejam elas a nível central ou local, fazerem um esforço de reorganização e de melhorarem o seu funcionamento e a sua organização.

Refere ser possível ter imaginação suficiente para eventualmente pegar numa organização e diminuí-la, racionalizá-la, transformá-la, fazer de maneira diferente. A crítica que fazem é em relação ao não serem capazes ou não quererem fazer de maneira diferente, e tão somente isso porque há maneiras diferentes de fazer as coisas. Há que olhar para o território de maneira diferente e há exemplos na administração pública, quer seja central quer seja local, que são positivos em relação à reorganização e novos modelos de funcionamento.

**Sra. Dra. Teresa Marta Joaquim do PSD** apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Diz que é gestora e todos os dias tem que organizar uma empresa e tentar perceber como é que a mesma se pode agilizar.

Pondo de parte as cores partidárias diz que hoje é um dos dias em que não gostaria de estar na pele da Sra. Presidente da Câmara, mas cabe-lhe estar nesse papel.

Das intervenções anteriores ouviu muito falar em quantidade, e permanentemente esse é o motivo da discussão quando os munícipes, nomeadamente os de Palmela, estão concerteza muito preocupados não com aquilo que hoje se está a discutir mas com a qualidade. Qualidade neste caso é a qualidade do serviço ao munícipe, a qualidade do serviço ao cidadão.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

Fala com conhecimento de causa porque a sua empresa já teve cinquenta e dois funcionários, teve que fazer cortes e neste momento são apenas doze. Quando fala em quantidade sabe o que significa e sabe que dói na pele reduzir um número tão grande de funcionários. Isto para dizer que em relação à quantidade todos podem cortar, o problema é que poderá faltar a qualidade.

Em sua opinião, e neste caso concreto, a questão é mais de como fazer. Todos têm referido que o organograma é pesado, também concorda, mas é preciso saber como torná-lo mais simples. Na sua área de negócio descobriu que mudando procedimentos de trabalho conseguiu diminuir trinta por cento dos encargos fixos com a empresa, nomeadamente os processos de trabalho. Conseguiram fazer isso como uma coisa que está no documento que foi apresentado e que significa a desmaterialização, ou seja agilizando processos, desmaterializando, webizando a relação com as pessoas. Numa autarquia uma das coisas que tem mais peso é a quantidade de tempo que um funcionário perde a receber cidadãos, ou seja o tempo que se perde em processos muito burocráticos e no atendimento pessoal. Muitas das vezes os funcionários não conseguem ficar libertos para funções mais estratégicas e importantes.

Que o organograma é pesado é verdade, que é possível encarar outros procedimentos de fazer também é verdade mas é preciso criatividade. Neste caso se, se, quer falar de quantidade e se tem que haver cortes seria necessário apresentar propostas muito concretas de como é que isso seria feito. Termina dizendo que este assunto não pode ser tratado de ânimo leve e tem que ser analisado com alguma profundidade.

**Sr. Presidente da Mesa**, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

**Sra. Presidente da Câmara**, diz que foi muito bom ter ouvido a intervenção da Sra. Membro Teresa Joaquim porque ajuda a recolocar a discussão do assunto. Se houvesse a possibilidade de olhar em concreto para a estrutura haveria coisas que poderiam não ter sido ditas.

Antes de avançar para a explicação não resiste em fazer dois ou três comentários, na generalidade, às observações feitas pelos Srs. Membros da Assembleia uma vez que as acha profundamente perigosas.

Não resiste em dizer, cara a cara, ao Sr. Membro Carlos Martins que se correm dois perigos neste tipo de Assembleias. O primeiro é o perigo de, com certo tipo de intervenções e convicções, desvirtuar completamente a democracia. Diz não perceber o que é que pode motivar, ou mobilizar, um certo tipo de pensamento no contexto e no âmbito duma Assembleia Municipal ou duma autarquia local. Consegue entender a intervenção de alguém que se posiciona como gestora, que assume a sua formação e que com humildade levanta as suas limitações para fazer uma determinada abordagem do tema, mas que ainda assim sugere que seja tratado com algum nível de concretização. Não consegue compreender que se venha para este tipo de reuniões e que se olhe para este tipo de temas sem conhecer e sem ter, no mínimo, alguma reflexão sobre o nível de consideração e de respeito pelo sector em que estão inseridos. Enquanto representantes dos cidadãos do concelho são parte integrante dum sistema que tem muitos defeitos mas que, até



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

ver, não se conseguiu provar que houvesse outro melhor. Com as machadadas que são dadas constantemente na visão que se tem da democracia, com o objectivo de a embaratecer e de lhe retirar custos, corre-se o risco de um destes dias deixar de se votar para poupar um pouco mais. É isto que sente em relação a algumas das intervenções que foram feitas.

Por enquanto a discussão é feita sobre um organograma, um conjunto de quadrados, que são direcções de departamento, chefias de divisão e chefias de secção ou sejam quadros que ocupam estas funções. Sobre isto quer dizer que o que é preciso na administração pública, seja a local onde estamos ou seja aquela onde os Srs. Membros foram buscar alguns exemplos, são quadros qualificados e responsabilizados. Crê que não é na massa anónima e uniforme duma estrutura, mesmo que matricial onde as pessoas se juntam todas e trabalham em prol dum determinado projecto sem hierarquia, sem reconhecimento formal muitas vezes, que se pode fazer uma avaliação. Há que ir à lei para perceber o que é uma estrutura matricial, o que são unidades de projecto e no que é que se traduz em matéria de responsabilidade.

Ainda sobre o primeiro argumento que lhe faz parecer que os Srs. Membros estão verdadeiramente disponíveis a sacrificar algumas das coisas essenciais da democracia, nomeadamente políticas mais centralistas que são mais baratas e até mesmo devolvendo algumas competências ao estado central sairia mais barato ao país só que não está provado que seja melhor para o desenvolvimento, para a democracia, para os cidadãos e para a sua qualidade de vida.

Por fim e para terminar este argumento mais político e mais geral diz que, para além de se ter falado dos quadrados da forma ligeira como foi feita só falta falar da comparação feita dos presidentes de câmara aos sobas, como esta semana alguém fez num jornal de grande tiragem nacional. Em sua opinião correm-se sérios riscos quando se acha que este tipo de coisas que acontecem são normais a bem da eficácia, e a bem da eficácia existem trezentos e oito sobas no país que estão a mais. Tudo isto é muito perigoso para a democracia e tem uma séria preocupação que ao nível dos partidos que, ainda assim com todas as diferenças ideológicas, programáticas, etc., considera democráticos, existam tais ideais e um destes dias estão todos a subscrever o artigo dos sobas e a achar que os trezentos e oito podem ficar reduzidos a metade e que se pode fazer o mesmo papel. Em boa verdade quando os Srs. Membros dizem que ter um presidente e cinco vereadores é demais, o raciocínio seguinte é dizer façam isso por metade que já chega. Perspectivando esta situação e passando-a do município de Palmela para os municípios do país há de certeza entre os trezentos e oito sobas metade que está mais. Quando então se passar para as freguesias há-de concluir-se que aí ainda há muitos mais.

Tomando em conta a intervenção da Sra. Membro Teresa Joaquim, gestora de profissão, e em jeito de desabafo diz que é socióloga de formação e antes de trabalhar no sector público trabalhou no sector privado e no cooperativo. Em relação ao sector público a sua experiência tem sido adquirida na Câmara Municipal de Palmela para além da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, que é uma derivação duma instituição pública. Para se compreender este tipo de estruturas tem que se olhar bem para elas e perceber exactamente o que fazem. Tem que se conhecer o que é hoje a missão duma organização como a Câmara Municipal de Palmela. Era indispensável aos Srs. Membros da Assembleia que, para além de terem o organograma fornecido, tivessem olhado a estrutura actual e comparassem com a que é proposta e então



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

veriam que não há acréscimo de custos nesta estrutura. É necessário que se conheça com rigor as Leis n.ºs. 159 e 169/99, que são as leis das atribuições e competências das autarquias locais e que dizem no que é que são diferentes da ASAE, dum qualquer ministério e duma qualquer direcção regional. São essas leis que obrigam as autarquias a ter estruturas com características que respondem a uma multiplicidade, diversidade e dimensão de funções que nada tem a ver com uma empresa ou com uma direcção da administração central. É preciso ler e conhecer as atribuições e competências das autarquias para saber do que se está a falar.

A título de exemplo refere que uma pequena acção da Divisão de Fiscalização, pela sua diversidade, mobiliza mais recursos que a ASAE. Não sendo uma acção para o país é uma acção em profundidade para o território do concelho de Palmela. Os regulamentos invocados pelo Sr. Membro Carlos Martins serão quando muito comparáveis a uma das áreas fiscalizadas pela Câmara Municipal, como as esplanadas e toldos dos estabelecimentos comerciais que são uma gota de água nas funções que lhe estão atribuídas. Para além de fiscalização na área de urbanismo, nas actividades económicas, no ambiente, na higiene, na salubridade, no fornecimento de água, na publicidade, na ocupação de espaço público acrescem todas as competências de planeamento urbanístico, de planeamento, execução, conservação, e manutenção das escolas, de dinamização, implementação e apoio de práticas na área do desporto e cultura, na dinamização de actividades na área de intervenção social. A análise que foi feita desprestigia quem a fez e, em sua opinião, as pessoas inteligentes têm a obrigação de ser mais profundas nas suas abordagens.

Em relação à proposta em discussão diz que a Câmara de Palmela já foi alvo de vários prémios de qualidade de âmbito regional e nacional pelo seu desempenho em algumas áreas. Para além disso houve um trabalho que se iniciou em 2005 com um estudo diagnóstico da Deloitte sobre o estado da organização, que caracterizou os serviços e apontou os principais caminhos quanto às alterações a fazer à estrutura. A proposta concreta que levou à alteração da estrutura orgânica foi feita pela empresa Lidership. Foi um trabalho realizado durante os anos 2006 e 2007 com grande participação interna, condicionado por objectivos gerais que foram introduzidos sendo um deles o não aumentar a estrutura orgânica. A Câmara balizou a dimensão da estrutura uma vez que as empresas privadas, que trabalham segundo lógicas de organização mais racionais que a Câmara de Palmela, vinham propor estruturas com características mais amplas. Num caso ou outro poderiam propor fusão de alguns sectores mas globalmente propuseram alterações que implicavam aumento de custos.

Nessa altura foi feita uma discussão de fundo sobre o modelo de estrutura orgânica existente, o modelo de organização e sobre o conjunto de atribuições e competências com que estão confrontados e o modelo organizacional que seria preciso impor à organização. A discussão não está desactualizada nem sequer ultrapassada e isso pode ser visto com os exemplos de outras Câmaras apontados pelos Srs. Membros da Assembleia, apesar de nenhuma delas ter um modelo essencialmente matricial como defendeu a Sra. Vereadora Natividade Coelho em reunião de Câmara e que aqui foi repetida pela bancada do PS num dos seus argumentos. Diz não conhecer Câmaras Municipais que tenham estruturas orgânicas essencialmente matriciais, mistas como a de Palmela há mais e muito menos mistas é a grande maioria, ou seja essencialmente



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

são hierarquizadas sendo esse o modelo orgânico que mais se adequa ao leque de atribuições e competências que as Câmaras têm.

As empresas que acompanharam este estudo também tiveram a percepção que o SIADAP, Sistema de Avaliação para a Administração Pública, está pensado para ser aplicado em estruturas essencialmente hierarquizadas. A construção dos objectivos em sistema de cascata é essencialmente virada para este modelo e não para o matricial.

Ainda sobre a organização das Câmaras Municipais é preciso não esquecer que quando se fala em Câmaras com serviços municipalizados, ou sem eles, se fala em realidades completamente diferentes. Regra geral encontra-se um número quase igual nos chamados serviços municipalizados ou então não são serviços municipalizados e são empresas privadas como as Águas do Sado, em Setúbal. Actualmente a Câmara de Setúbal é refém das Águas do Sado que caminhou indiscutivelmente para um modelo de empresa privada.

Quando os Srs. Membros da Assembleia acusam o executivo que a estrutura não tem rasgo, pode ser sempre questionado o que é um modelo com rasgo? Será um modelo que visa privatizar serviços porque isso é mais eficaz? Será para juntar serviços como por exemplo a higiene e salubridade com actividades económicas, ou com desporto, ou urbanismo, ou educação, ou intervenção social, ou a recolha do lixo? Será para juntar quem gere bibliotecas municipais em todo o concelho e centros de juventudes, em praticamente todas as freguesias, e escolas em todas as freguesias com outros serviços? O Sr. Membro Carlos Martins deu um exemplo muito concreto ao falar do número de trabalhadores que para um serviço central é equivalente aos trabalhadores numa área da Câmara Municipal que tem quatrocentas pessoas. Pergunta se quer juntar essa área debaixo duma mesma chefia que terá que os avaliar juntamente com mais cinquenta trabalhadores de outra área completamente diferente? Ou ao contrário, talvez se tivessem uma unidade orgânica com quatrocentos trabalhadores pusessem uma empresa privada a gerir, que é outro modelo possível, emagrecendo a estrutura da Câmara. É preciso perceber as opções que têm que ser feitas, porque não é no juntar a Divisão de Desporto com a Divisão de Cultura que se vai fazer uma alteração de fundo na estrutura. Poderá eventualmente vir a ser discutida um dia porque já existiu em tempos mas chegou-se à conclusão que o actual modelo é mais coerente a partir do momento que começou a haver uma diversidade, especificidade e exigência tão grande na gestão dos respectivos equipamentos. A questão concreta é como é se concretizam todas as atribuições e competências que a autarquia tem numa estrutura com menos quadros qualificados e responsabilizados, o que em sua opinião é muito difícil.

Em relação aos custos informa que a estrutura não encarece porque houve a preocupação de ditar regras de contenção ao desenho, fosse qual fosse, tendo em conta a imposição legal. Refere que a Câmara já está a trabalhar, e a praticar, a desmaterialização de processos propondo que num serviço onde existia apenas uma secção administrativa hoje seja criada uma unidade orgânica que deverá ser impulsionado por um quadro mais qualificado, com mais responsabilidade, ao nível de chefe de divisão, e onde irá ser feito esse investimento a par do saneamento dos mesmos, a sua apreciação liminar numa óptica de servir melhor o cidadão e o munícipe. A criação dessa divisão é feita no Departamento de Administração Urbanística ao mesmo tempo que é eliminada uma outra unidade orgânica que existia, equiparada a divisão, que era o Gabinete de Recuperação de Áreas Urbanas de Génese Ilegal, ficando a sua função



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

aglutinada na Divisão de Loteamentos. Deste modo reafirma que teria sido muito importante terem confrontado as duas estruturas para compararem uma com a outra.

O Departamento de Recursos Humanos tinha duas divisões, a Divisão de Recursos Humanos e a Divisão de Organização e Tecnologias de Informação. Neste momento, para além da Divisão de Recursos Humanos, tem a Divisão de Organização e Qualidade e a Divisão de Tecnologias de Informação. Esta situação aconteceu porque o anterior Gabinete de Estudos e Qualidade, que era uma unidade de projecto equiparada a Divisão, foi destituída dessa condição e as suas funções foram divididas por estas duas unidades orgânicas.

No Departamento de Ambiente e Infra-estruturas existia um Gabinete de Planeamento e Controlo da Qualidade das Infra-estruturas, com uma chefia equiparada a chefe de divisão, e nesta proposta passa a Divisão por imposição legal.

O Gabinete de Protecção Civil é uma nova unidade orgânica, equiparada a equipa multidisciplinar, porque por força legal é obrigatório a existência de um Gabinete Técnico Florestal e outras competências no domínio da protecção civil que já não são compatíveis com o não assumir duma chefia formal responsabilizada num quadro mais qualificado.

Em contrapartida o Gabinete de Participação e Acção Local que era uma unidade orgânica com a característica de equipa multidisciplinar desapareceu e passa a ser uma equipa de projecto. Todas as equipas de projecto onde se incluem o Gabinete de Planeamento e Auditoria, que está no Departamento de Administração e Finanças, o Gabinete de Participação e Acção Local, que está no Departamento de Comunicação e Turismo, e o Gabinete de Ambiente, no Departamento de Ambiente e Infra-estruturas são equipas de projecto que não têm chefia, podendo ter um coordenador, não acarretando mais custos. As equipas de projecto são exemplos de lógica de funcionamento, segundo o modelo matricial, em que se propõe que seja aglutinada nessa unidade orgânica uma função que vai beber aos quadros que já existem e à estrutura que já existe, que é transversal, razão pela qual são atribuídas ao Gabinete de Ambiente uma pluralidade de funções que existem na Câmara Municipal. Tal como disse o Sr. Membro João Completo o ambiente é uma função que passa pelas mais variadas áreas, e com especial incidência na educação ambiental, pelo que se propõe a criação duma equipa para esta área em concreto. Ainda em relação às equipas de projecto relembra que não têm custos, pelo que tem dúvidas que seja bom para as organizações e que se consiga concretizar esse objectivo tal como aparece. Com o nível de exigência que é colocado aos quadros na administração pública, e tendo em conta que os coordenadores terão que fazer avaliação de trabalhadores, gostaria de saber quem estará disponível para exercer essa função sem ganhar rigorosamente nada com esse cargo. Neste momento já se vive a situação de muitos chefes de divisão, e alguns directores de departamento, quando são mais antigos ganharem mais na carreira do que como chefes de divisão. Deste modo como é que se vão transportar pessoas para as equipas de projecto pedindo que coordenem um projecto com uma dimensão como o Gabinete de Ambiente, não existindo equiparação a chefia e não ganhando nada como isso, e que só com seu gosto pessoal e disponibilidade poderão desenvolver esse papel.

Tal como um seu colega Presidente de Câmara referiu, a propósito da necessidade das estruturas serem contidas, as estruturas orgânicas não são para ser aprovadas todos os dias pelo que têm que ser pensadas em termos de futuro.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

### Mandato 2009/2013

Termina a sua intervenção dizendo que a estrutura agora apresentada não é mais cara, tendo em conta a preocupação com os custos e a visão que a discussão profunda feita em 2007 não justifica ser neste momento. Com a evolução das atribuições e competências é de todo natural que daqui a uns anos se justifique rever novamente a estrutura. Como medida de cautela propõem que seja dada à Câmara a possibilidade, caso seja necessário, de criar mais duas secções e mais uma equipa de projecto sendo que esta última não tem custos. As secções terão custos mas, de imediato, não se verifica necessidade de criar estas unidades.

**Sr. Presidente da Mesa**, antes de passar à votação e tendo em conta a intervenção do Sr. Membro José Braz Pinto, que comentou uma sua afirmação sobre o sentido de votação desta proposta por parte dos Srs. Vereadores do PS, tem a dizer que, apesar da intervenção que foi feita, continua a não compreender porque votaram contra pelo que o problema deverá ser seu.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 15 votos a favor (13 da CDU e 2 do CDS/PP), 6 votos contra do PS e 3 abstenções (2 do PSD e 1 do BE).

**Sr. Eng<sup>o</sup>. Fernando Nascimento do CDS/PP**, apresenta declaração de voto dizendo que votaram favoravelmente a proposta fazendo fé nas palavras e esclarecimentos da Sra. Presidente da Câmara e dando um voto de confiança à gestão da Câmara Municipal.

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão cerca das 00,30 horas do dia 17 de Novembro, tendo sido lavrada a presente acta que eu Maria Antonieta Serrano Alves Sobral, redigi e subscrevi.

Palmela, 17 de Novembro de 2010